

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

ANA PAULA BORTOLOTTO FELTRIN

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE RURAL DO ENTORNO DA
RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ NO MUNICÍPIO DE NOVA
VENEZA-SC**

CRICIÚMA

2018

ANA PAULA BORTOLOTTO FELTRIN

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE RURAL DO ENTORNO DA
RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ NO MUNICÍPIO DE NOVA
VENEZA-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Biológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam da Conceição Martins

CRICIÚMA

2018

ANA PAULA BORTOLOTTO FELTRIN

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE RURAL DO ENTORNO DA
RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ NO MUNICÍPIO DE NOVA
VENEZA-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Biológicas, no Curso de Ciências Biológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação Ambiental.

Criciúma, 23 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Miriam da Conceição Martins - Doutora - (UNESC) - Orientadora

Prof. Carlyle Torres Bezerra de Menezes- Doutor – (UNESC)

Prof.^a Yasmine de Moura da Cunha- Mestre- (UNESC)

Dedico este trabalho a minha mãe, Elisabete Bortolotto, que não só me apoiou, mas também nunca deixou de confiar e de acreditar nos meus sonhos. Sou eternamente grata por tudo que ela fez e continua fazendo por mim. Todo esforço foi especialmente à ela.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e por tudo que já superei e alcancei nessa jornada!

Agradeço aos meus pais, Márcio e Bete, por toda dedicação e amor que sempre tiveram por mim, por me ensinarem a correr atrás dos meus ideais.

Agradeço em especial a minha mãe, por me auxiliar em campo e me acompanhar casa por casa durante as entrevistas e a minha amiga Edineia, obrigada por toda ajuda!

Agradeço a minha orientadora Miriam Martins, por aceitar enfrentar este desafio comigo. Agradeço sua dedicação, paciência e ensinamentos.

Agradeço aos moradores de São Bento Alto, que me receberam muito bem em suas casas e foram extremamente importantes para a realização deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que de forma direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar a percepção ambiental dos moradores rurais do entorno da Unidade de Conservação Reserva do Aguai, na comunidade de São Bento Alto localizado no Município de Nova Veneza - SC. A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa, quantitativa, descritiva, exploratória e de campo, onde foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas, durante as entrevistas com os moradores rurais da referida reserva, tendo como população alvo, os agricultores que residem próximos a ela. Foram entrevistados 20 moradores, nos períodos de 09 a 10 de julho de 2018. O questionário fez com que os moradores expressassem, individualmente, por meio das respostas, sua percepção acerca do assunto aplicado. Em uma análise geral, foi possível constatar que a percepção ambiental se torna um importante meio de construção de conhecimento e sensibilização sobre a preservação do meio ambiente e das Unidades de Conservação.

Palavra-Chave: Percepção Ambiental, Reserva do Aguai, Comunidades Rurais, Educação Ambiental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: LOGOMARCA DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ	22
FIGURA 2: IMAGENS DA REBIO AGUAÍ	23
FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ	26
FIGURA 4: REGIONALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ENTORNO DA REBIO DO AGUAÍ	27
FIGURA 5: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	29
FIGURA 6: GÊNERO E FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS	33
FIGURA 7: TEMPO DE MORADIA NA COMUNIDADE DE SÃO BENTO ALTO	34
FIGURA 8: ESCOLARIDADE DOS MORADORES ENTREVISTADOS	34
FIGURA 9: TIPO DE CULTURA PLANTADA NA PROPRIEDADE DOS MORADORES ENTREVISTADOS	35
FIGURA 10: UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO NA PROPRIEDADE	35
FIGURA 11: DISPÕE DE LICENÇA AMBIENTAL NA PROPRIEDADE	36
FIGURA 12: VISÃO EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE	37
FIGURA 13: NÍVEL DE CONHECIMENTO DE UMA UC PELOS ENTREVISTADOS	38
FIGURA 14 CONHECIMENTO SOBRE A RESERVA DO AGUAÍ	39
FIGURA 15: JÁ FREQUENTOU A RESERVA DO AGUAÍ?	39
FIGURA 16: ASPECTOS POSITIVOS EM RELAÇÃO A RESERVA DO AGUAÍ	40
FIGURA 17: ASPECTOS NEGATIVOS EM RELAÇÃO A RESERVA DO AGUAÍ	41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: O GRUPO INTEGRAL E SUAS CATEGORIAS	20
QUADRO 2: O GRUPO USO SUSTENTÁVEL E SUAS CATEGORIAS	21
QUADRO 3: FICHA TÉCNICA DA REBIO AGUAÍ	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DPEC	Diretoria de Proteção de Ecossistemas
FATMA	Fundação do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPMA/SC	Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina
REBIO	Reserva Biológica
SC	Santa Catarina
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA	12
3.1 O MEIO AMBIENTE E O HOMEM	13
3.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL	14
3.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	16
3.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC'S)	17
3.4.1 Reserva Biológica Estadual do Aguai	22
3.4.1.1 O contexto socioeconômico da Reserva Biológica Estadual do Aguai	26
4 METODOLOGIA	29
4.1 ÁREA DE ESTUDO.....	29
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	30
4.3 ANÁLISE DE DADOS.....	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
5.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	33
5.2 ANÁLISE E RESULTADO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS SUJEITOS	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	47
ANEXOS	50

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca analisar a percepção ambiental dos agricultores residentes no entorno da Reserva Biológica Estadual do Aguaí, localizada no Município de Nova Veneza – SC, de forma a verificar a percepção ambiental dos moradores dessa comunidade, identificar os aspectos positivos e negativos que a reserva representa para essa comunidade e destacar a importância da participação destes moradores para a conservação da Unidade de Conservação REBIO Aguaí.

A Reserva Biológica Estadual do Aguaí é uma unidade de proteção integral, o que significa que seus recursos naturais não podem ser extraídos. Essa reserva possui uma parte significativa de Mata Atlântica que deve ser preservada e dessa forma apenas o uso indireto de seus recursos naturais é permitido, sem interferência humana direta ou alterações ambientais.

Escolheu-se esse tema devido ao fato dessa Unidade de Conservação localizar-se aqui na região do extremo sul catarinense, já que no seu entorno há uma comunidade que ali vive, com seus lares constituídos e famílias que interagem com esse meio, sendo assim, de extrema importância tanto para a comunidade local, como para as espécies pertencentes a essa unidade, a preservação dessa unidade.

O problema da pesquisa é investigar a percepção ambiental dos moradores do entorno da Reserva do Aguaí, se os mesmos têm conhecimento do que é uma Unidade de Conservação e em especial a REBIO Aguaí.

As questões norteadoras da pesquisa serão embasadas pela verificação do conhecimento dos moradores a respeito das unidades de conservação, do apontamento dos aspectos negativos e positivos da reserva para a comunidade e da importância desses moradores para a conservação da reserva. Para isso, aplicar-se-á com os moradores um questionário com perguntas pertinentes aos objetivos da pesquisa, de forma a coletar os dados necessários para fazer a análise do presente estudo e assim, alcançar o objetivo pretendido e responder a problemática desenvolvida através do tema central.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção ambiental dos agricultores moradores do entorno da Reserva Biológica Estadual do Aguaí, localizada no Município de Nova Veneza - SC.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar a percepção ambiental dos agricultores da comunidade de São Bento Alto que residem no entorno da Reserva do Aguaí localizada no Município de Nova Veneza-SC;
- Identificar os aspectos positivos e negativos que a Reserva do Aguaí representa para essa comunidade;

3 A BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

Estima-se que o Brasil abrange cerca de 13% da biodiversidade mundial, descreve Mittermeier (1997), tornando-o um país megadiverso, sendo que essa biodiversidade envolve seis biomas com flora e fauna distintos, relatados pelo Ministério do Meio Ambiente (2018), sendo os principais: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, cada qual com suas características próprias e com seu grau de importância. Assim, sua conservação garante a existência de diversas espécies e a continuidade de serviços ambientais que são essenciais para a sobrevivência da humanidade.

A Mata Atlântica, por possuir altos níveis de riqueza, alta diversidade de ambientes e micro-habitat para inúmeras espécies se abrigarem, se torna um dos hotspots mundiais, sendo de extrema importância a conservação da biodiversidade de seus biomas, cita Myers et al (2000).

A exploração dos recursos naturais de forma incorreta fez com que a Mata Atlântica se fragmentasse ao longo dos anos, relatam Brooks, Fonseca, Flick et al (2002), acarretando consequências para as espécies que lá habitam, como a redução populacional e até mesmo a extinção de algumas espécies.

Para reduzir a perda da biodiversidade e minimizar os impactos causados pelas alterações dos ambientes naturais ao longo dos anos, fez-se necessária a criação das unidades de conservação, ressalta Brito (2000). Contudo, Lucena (2010) ressalta que não basta somente criar a unidade de conservação para garantir a conservação da biodiversidade, é preciso uma relação harmônica entre o homem e a natureza para que a conservação aconteça.

No sul do estado de Santa Catarina, encontra-se a Reserva Biológica Estadual do Aguaí - REBIO Aguaí, considerada a segunda maior unidade de conservação do estado, com 7.762 hectares, sendo criada em junho de 1983 com o objetivo de proteger os últimos remanescentes importantes de Mata Atlântica no sul de Santa Catarina, onde 21,7% dessa unidade encontra-se no município de Nova Veneza – SC.

Segundo Bresolin, Zakrzewski e Marinho (2010), a participação das comunidades dos entornos dessas unidades de conservação é de extrema importância para que os programas realizados nessas áreas sejam compreendidos,

a fim de que essas comunidades exerçam um papel fundamental para a conservação das áreas protegidas.

Assim, Fernandes, Pelissari e Souza (2004) destacam a importância de estudos sobre a percepção ambiental nessas comunidades que vivem no entorno das unidades de conservação, para que se entenda melhor a relação entre o homem e o ambiente, suas opiniões, satisfações, julgamentos e costumes.

3.1 O MEIO AMBIENTE E O HOMEM

O homem depende muito do meio ambiente para a sua sobrevivência, cita Branco (1989), exigindo assim, um cuidado sustentável, necessitando de estabilidade diante de perturbações causadas pelas ações do homem, pois a natureza precisa empregar o equilíbrio no qual garante a capacidade dinâmica dos ecossistemas.

Dessa maneira, fazem-se necessários estudos no que tange ao meio ambiente e sua utilização pelo homem, ressaltando as maneiras corretas do uso dos recursos naturais para a preservação da biodiversidade.

As alterações ambientais, sejam elas naturais ou antrópicas ao longo do tempo, segundo Fernandes, Pelissari e Souza (2004), modificam a paisagem e comprometem os ecossistemas, ocorrendo principalmente pelo desenvolvimento econômico e pela própria cultura das comunidades, contribuindo assim para que as alterações no meio ambiente tornem-se intensas.

O homem, movido pelo desenvolvimento econômico, acaba destruindo o meio ambiente, interferindo na biodiversidade na vida dos biomas, causando sérios danos ecológicos, sem nem se dar conta do mal que está fazendo a si mesmo.

Um exemplo explícito dessa interferência são os agrotóxicos na agricultura, pois conforme Peres, Rozemberg e Lucca (2005), a utilização de agrotóxicos é um dos principais auxílios para os agricultores que tem por finalidade baixar o custo final da produção.

Nesse contexto de intenso desenvolvimento econômico, faz-se necessária e muito importante, uma percepção do ambiente, de forma que o homem seja capaz de perceber a importância dos cuidados com o meio ambiente para o desenvolvimento da biodiversidade e também para a sua própria sobrevivência.

3.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A espécie humana frequentemente se comporta com o meio ambiente, seja ele natural ou construído, relatam Garcia e Naime (2004), visando atender as suas próprias necessidades. Suas ações acarretam em respostas emocionais diferentes em relação a esse meio, onde cada indivíduo, percebe, reage e responde diferentemente uns dos outros e até de forma inconsciente; tudo resultado de sua percepção em relação ao meio.

Percepção Ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. A percepção de cada indivíduo é um processo pessoal. Contudo, sabemos que o indivíduo não age isoladamente num determinado ambiente, mas de forma coletiva, uma vez que faz parte de um grupo com comportamento e características semelhantes. (KRZYSCZAK, 2016, p. 8).

Entender o ponto de vista da sociedade seja ele positivo ou negativo, conforme Fernandes, Pelissari e Souza (2004), possibilita adaptar ações necessárias e específicas para cada grupo, agregando informações para que as atitudes necessárias sejam tomadas de forma harmônica. Dessa forma, o estudo sobre a percepção ambiental é fator de extrema relevância para se entender as inter-relações do homem e o ambiente, suas suposições, satisfações e insatisfações, conceito e comportamento.

A importância da pesquisa em percepção ambiental para o planejamento do ambiente foi ressaltada pela UNESCO em 1973. Uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes. (FERNANDES; PELISSARI; SOUZA, 2004, p. 2).

Nesses aspectos, Gorayeb; Paula e Silva (2014) descrevem que os trabalhos desenvolvidos sobre a percepção ambiental surgiram na geografia, buscando novos conhecimentos através de pesquisas, para o entendimento da relação entre o homem e sua interação com o espaço e toda a dinâmica que envolve este processo. Sendo que a percepção ambiental também envolve conhecimentos de outras áreas como: da psicologia, da biologia, da antropologia, entre outras ciências.

A partir da década de 1970, os estudos sobre a percepção ambiental começaram a ser elaborados em prol do meio ambiente no Brasil, para melhor se compreender as necessidades da sociedade e os riscos ambientais das mesmas.

De acordo com Tuan (1980), a variação da superfície terrestre faz com que as pessoas percebam a mesma realidade de maneiras variadas, assim os grupos sociais diferem na sua avaliação com respeito ao meio ambiente. Para se entender os problemas ambientais, é essencial compreender a si próprio, pois os problemas ambientais são problemas criados pelos seres humanos.

Para os estudos de percepção ambiental, na visão de Del Rio e Oliveira (1996), o termo “percepção” costuma compreender além das percepções bio-fisiológicas, abrangendo também as imagens formadas durante a vivência de cada um, de suas memórias, experiências, preferências, atitudes, costumes e julgamentos. Ferreira (2005) complementa que a percepção ambiental está ligada com os elementos externos (objetivo e coletivo) e internos (subjetivo e individual) da vivência do ser humano, sendo considerada como a expressão humana sobre a sua realidade ambiental, intercalado com suas experiências e expectativas.

Ribeiro (2009) destaca que a percepção da natureza está ligada às necessidades de sobrevivência e aos valores culturais do ser humano, afim de que cada indivíduo vise a valorização de determinados aspectos da paisagem e do ambiente em que vive ou trabalha.

A percepção ambiental, no aspecto de estabelecer conexões e parcerias em prol da conservação ambiental, ressalta Diegues (2000), resulta na necessidade de desenvolver trabalhos partindo das percepções das comunidades que vivem entorno das UC's – Unidades de Conservação, principalmente das Reservas Biológicas, por abrigarem significativos remanescentes naturais. Assim, é extremamente necessário que se compreenda o que pensam e percebem sobre o meio ambiente as comunidades desses entornos, para que se possa realizar um trabalho de minimização dos impactos ambientais, bem como propor um programa de educação ambiental, a partir da realidade do público-alvo.

Quando a percepção ambiental começar a fazer parte da consciência cotidiana do ser humano, Capra (2006) cita que começam a surgir novos costumes de ética e valores, em que todos os indivíduos serão membros de comunidades ecológicas, conectadas umas as outras numa rede de interdependências.

3.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Na década de 60, segundo Trevisol (2003), a educação ambiental surgiu para que os problemas socioambientais gerados pelos países desenvolvidos fossem percebidos pela população, como por exemplo: poluições nos centros urbanos, contaminações de lagos e rios pelos rejeitos industriais, desmatamento, enchentes, entre outros problemas.

A Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ocorreu em outubro de 1977, relata Barbosa (2006), ficando conhecido como Conferência de Tbilisi, realizada na Rússia e organizada pela Unesco em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Essa conferência é tida por muitos autores como um marco para a área ambiental, sendo esse o primeiro encontro mundial voltado somente para a Educação Ambiental, onde posteriormente a Unesco publicou a declaração da conferência, estabelecendo os princípios, os objetivos, as estratégias e as recomendações para tal educação, tratando do meio ambiente não somente no aspecto biológico, mas sim, como algo intrinsecamente ligado aos aspectos econômicos, políticos e culturais.

No Brasil, conforme Trevisol (2003), os ambientalistas em conjunto com as ONG's, apoiavam a educação ambiental na sociedade brasileira, mas somente a partir da metade dos anos de 1980 foi que as instituições governamentais concordaram com a educação ambiental, que se fez presente em secretarias de meio ambiente de cada região, desempenhando, assim, ações sustentáveis.

Em 1999 é criada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, sancionada em 27 de abril do ano citado. De acordo com o Art.1º desta lei:

Art. 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p.31).

O artigo 2º da referida lei (Brasil, 1999) trata a educação ambiental como um elemento essencial e permanente da educação nacional, necessitando estar

presente, de forma estruturada, em todos os níveis e modalidades educacionais, em caráter formal e não informal.

A Educação Ambiental, segundo Francisco (2018), “é uma vertente da educação direcionada aos assuntos relacionados à interação homem-ambiente, despertando uma consciência crítica sobre os problemas ambientais”, buscando trabalhar o lado racional e sensível juntamente com os valores, para promover o desenvolvimento de novos valores e ações voltadas à proteção do Meio Ambiente.

Não se restringe apenas na abordagem de temas como: preservação ambiental, lixo, poluição, proteção dos animais, etc. Assume um caráter mais complexo e realista, considerando o ambiente em sua totalidade, analisando os aspectos naturais, artificiais, políticos, econômicos, históricos e culturais. Objetivando sempre um possível equilíbrio entre o homem e o ambiente, na constante busca pelo progresso e desenvolvimento. (FRANCISCO, 2018, p.13).

Para o autor, a Educação Ambiental “é uma ferramenta de fundamental importância na busca pelo desenvolvimento sustentável, pois ela proporciona um amplo processo de alfabetização e conscientização ecológica”, pois busca constantemente mudar as atitudes do homem, para que esse tenha plena consciência de que é parte integrante do meio, para que assim passe a agir de forma racional, contribuindo para a preservação do Meio Ambiente.

3.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC'S)

Conforme a Organização O Eco (2015), unidades de conservação é a denominação dada às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais, com “a função de salvaguardar a representatividade de porções significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais”, para assim, preservar o patrimônio biológico existente e garantir às populações o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e propiciar às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

Uma marcha de bilhões de anos de evolução culminou num planeta capaz de sustentar vida em vários sistemas ecológicos. Estes ecossistemas, foram (e são) a base para o desenvolvimento e continuada evolução das mais variadas espécies existentes, sejam bacterianas, vegetais ou animais. A existência do meio ambiente, portanto, é condição indissociável à vida. E,

como a própria vida, um direito fundamental a todo o ser humano. (ORGANIZAÇÃO O ECO, 2015).

No Brasil, conforme cita a organização, este direito fundamental é garantido aos cidadãos pela Constituição Federal de 1988 no artigo 225:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Dorst (1973) destaca que a criação das UC's se fortaleceu no Brasil e no mundo no fim da segunda metade do século XIX, com o intuito de proteção da natureza e Brito (2000) relata que ao longo desses anos, inúmeros objetivos foram sendo agrupado à essas unidades, ampliando-se em diversas categorias para cumprir objetivos distintos, atingindo sua meta de proteção à natureza. Cada país, por questões políticas, econômicas, culturais, e de recursos naturais dos quais, tem formas diferenciadas de compreender quais devem ser os objetivos de conservação da natureza, para quem e para quem se destina.

No Brasil, a Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, trata as unidades de conservação da seguinte forma:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, p. 5).

Essa lei foi sancionada, devido o Brasil ser um país megadiverso no tocante à sua biodiversidade, com flora e fauna com uma grande variedade de espécies, onde esses importantes ecossistemas fazem com que o país tenha um dos melhores climas do mundo, com águas e terras férteis e uma exuberante paisagem.

A citada lei refere-se a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, constituído pelas unidades de conservação federais, estaduais e municipais, tendo os seguintes objetivos:

Art. 4º O SNUC tem os seguintes objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (BRASIL, 2000, p. 7).

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) é o responsável por reunir todas as áreas protegidas, definir e regulamentar as categorias de unidades de conservação em nível federal, estadual e municipal, classificando-os em dois grupos: unidades proteção integral (com o objetivo de preservar a natureza e seus ecossistemas, em áreas com poucas ou nem uma interferência humana, que associam a conservação da natureza à utilização controlada dos recursos naturais) e o grupo das unidades de uso sustentável (nos quais admitem-se a presença de moradores, mas com o objetivo da conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais).

A Organização O Eco (2015) complementa descrevendo que as Unidades de Proteção Integral “têm como principal objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou dano aos recursos naturais”, sendo exemplos desses usos a recreação em contato com a natureza, o turismo ecológico, a pesquisa científica, a educação e a interpretação ambiental, etc.

As Unidades de Uso Sustentável, segundo a mesma organização, têm como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas”, onde as atividades

que envolvem a coleta e o uso dos recursos naturais são permitidas, desde que praticadas de uma forma a manter constantes os recursos ambientais renováveis e processos ecológicos.

Segundo o SNUC, além dos dois grupos descritos acima, o sistema conta com dozes categorias complementares, conforme mostra o quadro 1:

QUADRO 1: O GRUPO INTEGRAL E SUAS CATEGORIAS

GRUPO	CATEGORIA	ORIGEM	DESCRIÇÃO
Proteção integral	Estação Ecológica	SEMA (1981)	De posse e domínio público, servem à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas. A visitação pública é proibida, exceto com objetivo educacional. Pesquisas científicas dependem de autorização prévia do órgão responsável.
	Reserva Biológica	Lei de Proteção à Fauna (1967)	Visam a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos.
	Parque Nacional	Código Florestal de 1934	Tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
	Monumento Natural	SNUC (2000)	Objetivam a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio de vida silvestre	SNUC (2000)	Sua finalidade é a proteção de ambientes naturais que asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

FONTE: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>

QUADRO 2: O GRUPO USO SUSTENTÁVEL E SUAS CATEGORIAS

GRUPO	CATEGORIA	ORIGEM	DESCRIÇÃO
Uso sustentável	Área de Relevante Interesse Ecológico	SEMA (1984)	Geralmente de pequena extensão, são áreas com pouca ou nenhuma ocupação humana, exibindo características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, tendo como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	MMA (1996)	De posse privada, gravada com perpetuidade, objetivando conservar a diversidade biológica.
	Área de Proteção Ambiental	SEMA (1981)	São áreas geralmente extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	Floresta Nacional	Código Florestal de 1934	É uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	SNUC (2000)	São áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações, adaptados às condições ecológicas locais, que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
	Reserva de Fauna	Lei de Proteção à Fauna (1967) -	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos

GRUPO	CATEGORIA	ORIGEM	DESCRIÇÃO
		sob o nome de Parques de Caça	técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Reserva Extrativista	SNUC (2000)	Utilizadas por populações locais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, áreas dessa categoria tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

FONTE: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>

Dentre os grupos, o escolhido para o presente estudo foi a Proteção Integral, na categoria Reserva Biológica, adotando-se a Reserva Biológica Estadual do Aguai como objetivo do referido estudo.

3.4.1 Reserva Biológica Estadual do Aguai

A Reserva Biológica Estadual do Aguai, de acordo com os dados da Fundação do Meio Ambiente - FATMA (2006) é considerada uma unidade de proteção integral (seus recursos naturais não podem ser extraídos) por possuir um significativo de remanescente de Mata Atlântica, com o intuito de preservar a natureza e sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, sem interferência humana direta ou alterações ambientais, gerando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar os ecossistemas.

FIGURA 1: LOGOMARCA DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAI



FONTE: <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/reserva-biologica-estadual-do-aguai>

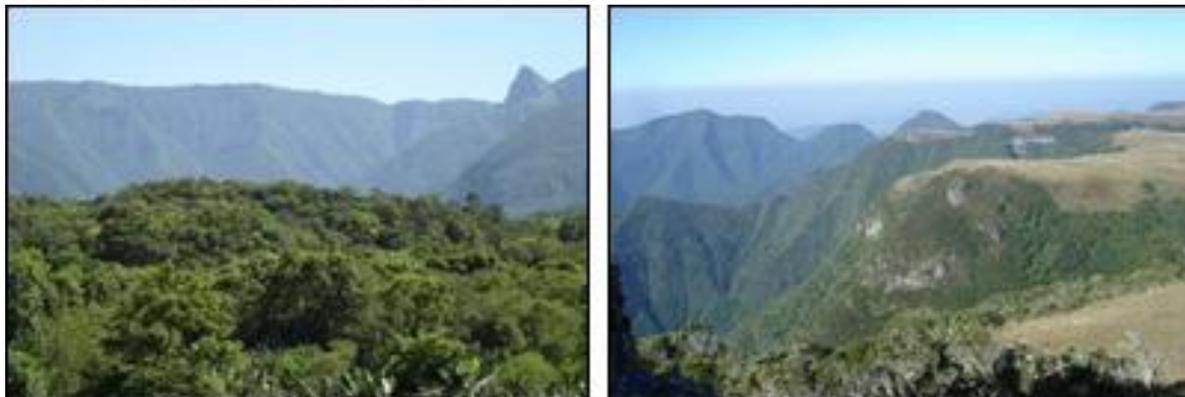
Neste modelo de unidade é proibida a visitação pública exceto com fins educacionais e pesquisas científicas que dependem de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade, sendo que as atividades a serem desenvolvidas são limitadas ao permitido por regulamento específico.

O Decreto estadual nº 19.635 de 1º de julho de 1983 (SANTA CATARINA, 1983), criou a Reserva Biológica Estadual do Aguaí - REBIO Aguaí, sendo que no mesmo documento consta o memorial descritivo dos limites da área, o qual abrange os municípios de Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis e Treviso.

Conforme relatos da FATMA (2006), que administra as unidades de conservação do Estado de Santa Catarina, a REBIO Aguaí está localizada nos contrafortes da Serra Geral, em uma área de 7.672 hectares e altitudes que variam dos 400 aos 1.400 metros, estando inserida no Bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados em todo o mundo, com apenas 8% da sua área original em bom estado de conservação no território latino americano.

Sua criação, segundo a FATMA (2006), “justificou-se pelo seu relevo acidentado, a presença de diversos canyons, pela riqueza de ecossistemas e pela grande variedade de espécies de plantas e animais”, tornando a região um cenário valioso para a conservação da biodiversidade e ainda com os dados da Fundação do Meio Ambiente, a Reserva Biológica Estadual do Aguaí possui um mosaico, com inúmeros relevos e canyons que formam cenários espetaculares. Nesta unidade nasce uma enorme quantidade de rios, que irão formar a bacia hidrográfica do rio Araranguá, na qual está localizada a barragem do rio São Bento, importante reservatório de abastecimento público de água da região.

FIGURA 2: IMAGENS DA REBIO AGUAÍ



FONTE: <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/reserva-biologica-estadual-do-aguai>

No lado, onde há vales e escarpas a Serra Geral é coberta pela Mata Atlântica, ocorre a Floresta Densa. Nos locais de grande altitude e nebulosidade, os campos são delimitados por manchas da Floresta Nebular. Nas margens dos rios observam-se as matas ciliares. O entorno desta unidade de conservação é também de relevante riqueza ambiental, pois encontramos as chapadas que são formadas a partir da ruptura do terreno. Nas áreas mais altas, ocorrem os campos naturais. Nas depressões do terreno, locais de antigo lagos, surgem as turfeiras que formam habitat particular de diversas espécies. Já nos vales mais protegidos dos ventos e do frio, a vegetação florestal se desenvolve melhor, formando a típica Floresta de Araucária. (FATMA, 2006).

A FATMA (2006) relata ainda que o rico ecossistema dessa região sofre com desmatamentos ilegais, queimadas de campos e com a caça, sendo que inclusive nos últimos anos tem surgido uma nova e devastadora ameaça aos campos da região: o plantio de espécies exóticas como o Pinus, que é uma espécie invasora e suas sementes espalham-se pelas áreas naturais vizinhas.

Assim como ocorre em todo o mundo, a criação de uma unidade de conservação é a melhor estratégia para proteger áreas naturais, garantindo a preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e de todos os atributos ambientais. A preservação da Reserva Biológica Estadual do Aguai representa mais um passo importante na longa caminhada para a proteção da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados. (FATMA, 2006).

Conforme relatos da mesma fundação, em novembro de 2007 a empresa Socioambiental Consultores Associados, contratada para o desenvolvimento e a coordenação dos trabalhos, assinou contrato com o Projeto de Proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina - PPMA/SC para a elaboração do Plano de Manejo da Reserva Biológica Estadual do Aguai, sob a supervisão da Diretoria de Proteção de Ecossistemas da FATMA – DPEC.

Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), o plano de manejo tem a seguinte definição:

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000, pg.6).

O processo de elaboração desse plano contou com a participação de vários setores da sociedade dos quatro municípios de sua região de abrangência (Bom Jardim da Serra, Siderópolis, Nova Veneza, Treviso e Morro Grande) incluindo

representantes de entidades da sociedade civil, pesquisadores, instituições públicas e privadas, conforme descrito no Plano de Manejo da Reserva Biológica Estadual do Aguai (2009).

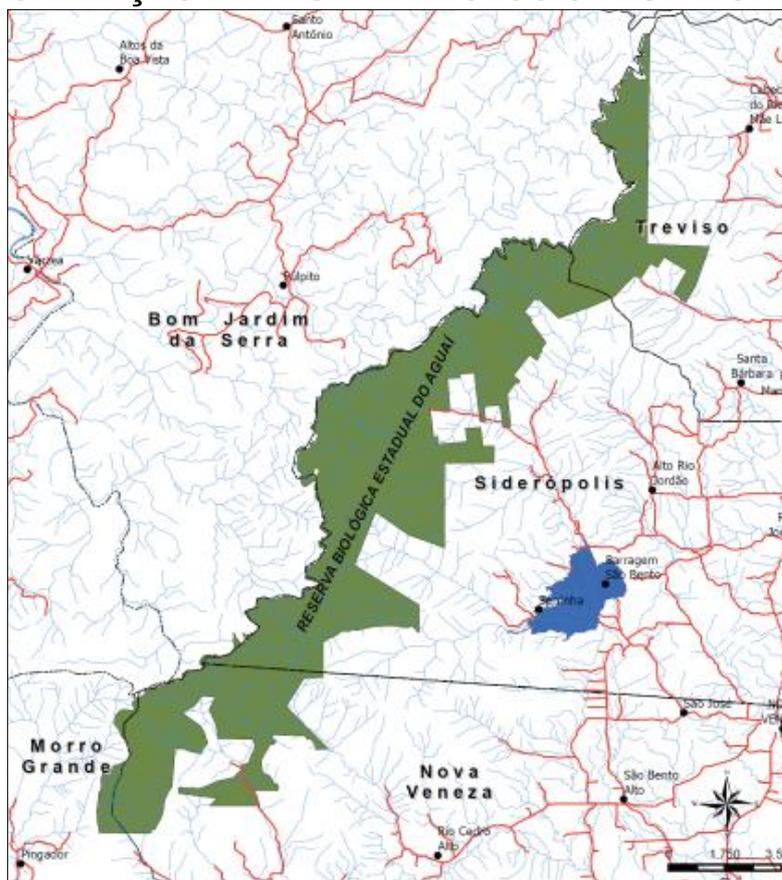
QUADRO 3: FICHA TÉCNICA DA REBIO AGUAÍ

Unidade de Conservação: Reserva Biológica Estadual do Aguai					
Unidade Gestora responsável: FATMA Chefia atual: Aurélio José de Aguiar					
Endereço da sede (Provisório):	Endereço Rua Séptimo Venturini, 210, Garagem da Prefeitura. Siderópolis- SC, CEP: 88.860-000				
Contato:	Rua Felipe Schimdt 485, Florianópolis				
Telefone:	(48) 3216-1752				
Site:	www.fatma.sc.gov.br				
Decreto de criação	Decreto Estadual nº 19.635, de 01 de julho de 1983.				
Superfície da UC (ha):	7.672 ha segundo o decreto de criação – dado não georreferenciado ²				
Perímetro da UC (km):	133,6 km				
Superfície da ZA (ha):	23.933 há				
Perímetro da ZA (km):	173,10 km				
Municípios (e percentuais) que a UC abrange:	Município	Área da REBIO em relação ao Município (ha)		Área do Município em relação à REBIO (ha)	
	Morro Grande	141	1,8%	25.474.24	0.5%
	Nova Veneza	1.743	22,3%	27.627.40	6.3%
	Siderópolis	4.813	61,4%	21.533.90	22.3%
	Treviso	1.135	14,5%	14.608.36	7.7%
Estado que abrange:	Santa Catarina				
Coordenadas geográficas (latitude e longitude)	Extremo Norte 28°26'30"S / 49°32'39" O Extremo Sul 28°40'08"S / 49°42'59" O				
Marcos geográficos referenciais:	Sul do Estado de Santa Catarina, encostas da Serra Geral entre os Aparados da Serra e a Serra do Rio do Rastro				
Biomos e ecossistemas:	Domínio da Mata Atlântica: abrange as formações florestais pertencentes às Regiões Fitoecológicas da Floresta Ombrófila Densa e Campos de Altitude.				

FONTE: PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ, 2009, p.17.

O quadro 3 explana todos os dados técnicos da Reserva Biológica Estadual do Aguai, detalhadamente.

FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ



FONTE: PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ, 2009, p. 18.

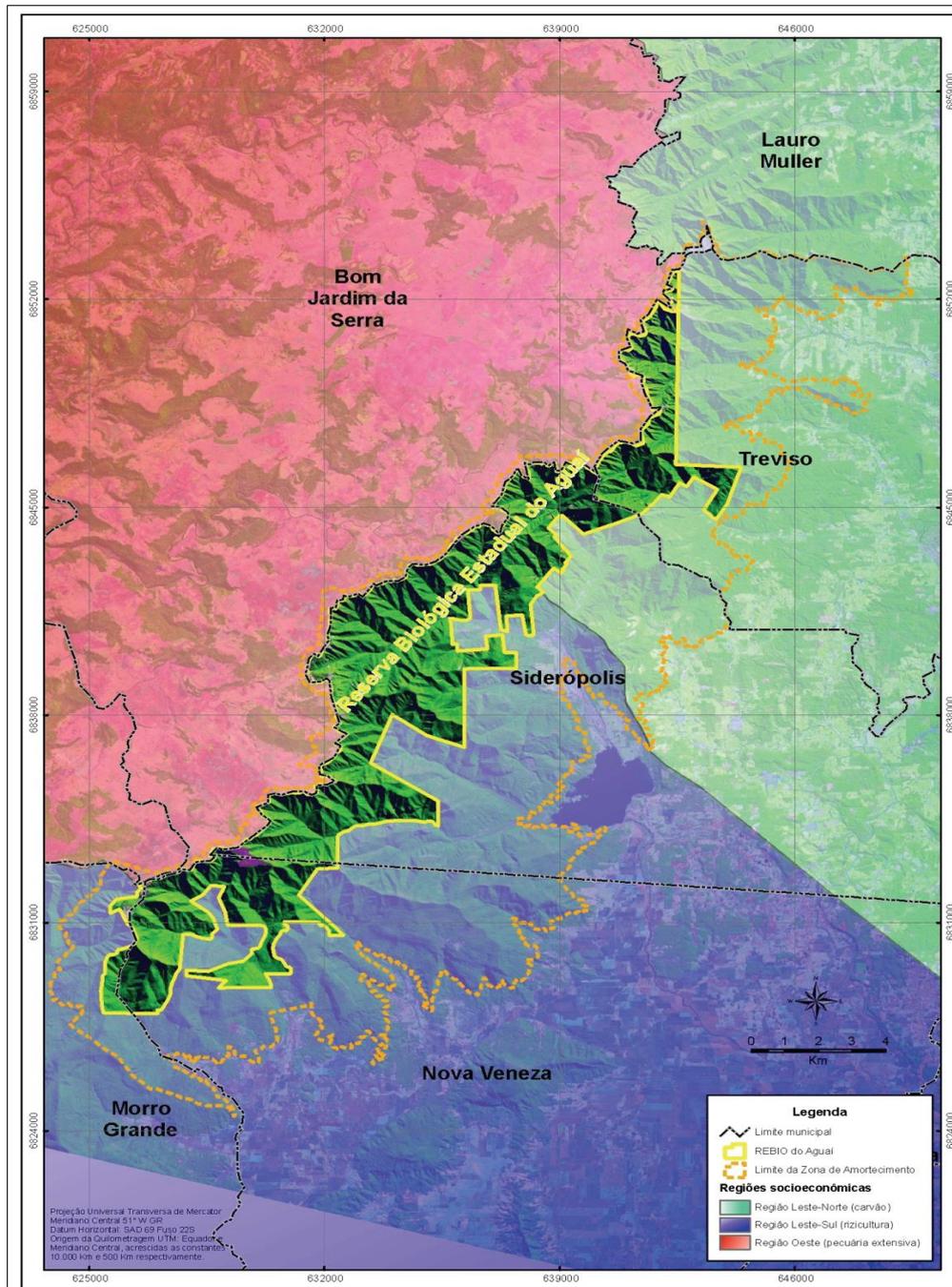
3.4.1.1 O contexto socioeconômico da Reserva Biológica Estadual do Aguaí

A região em que se insere a REBIO do Aguaí faz parte das mesorregiões Serrana e Sul Catarinense, abrangendo aos territórios dos municípios de Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e Bom Jardim da Serra. Como aspectos econômicos observa-se que:

O turismo rural e gastronômico se desenvolve nos municípios da planície litorânea, além do recente crescimento do turismo ecológico, dada à beleza cênica das encostas da Serra Geral. Nos municípios do alto da serra, o turismo ecológico também vem se desenvolvendo, devido ao apelo paisagístico da região, além do tradicional turismo rural da serra catarinense. A Reserva Biológica Estadual do Aguaí insere-se também no contexto da economia carbonífera da porção sul da vertente atlântica, onde também merecem destaque as atividades de rizicultura, desenvolvidas na planície costeira, e da silvicultura e pecuária, desenvolvidas no planalto serrano. (PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ, 2009, p. 28).

Os cinco municípios que fazem parte da REBIO Aguaí possuem IDH inferior à média do estado, mas estão aumentando seu desenvolvimento ano a ano, onde a situação educacional também vem apresentando melhoras, e conforme dados do seu plano de manejo, a expectativa de vida também vem melhorando; e economicamente, predominam a pecuária, a agricultura e o setor industrial (PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ, 2009).

FIGURA 4: REGIONALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ENTORNO DA REBIO DO AGUAÍ



FONTE: PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ, 2009, p. 76.

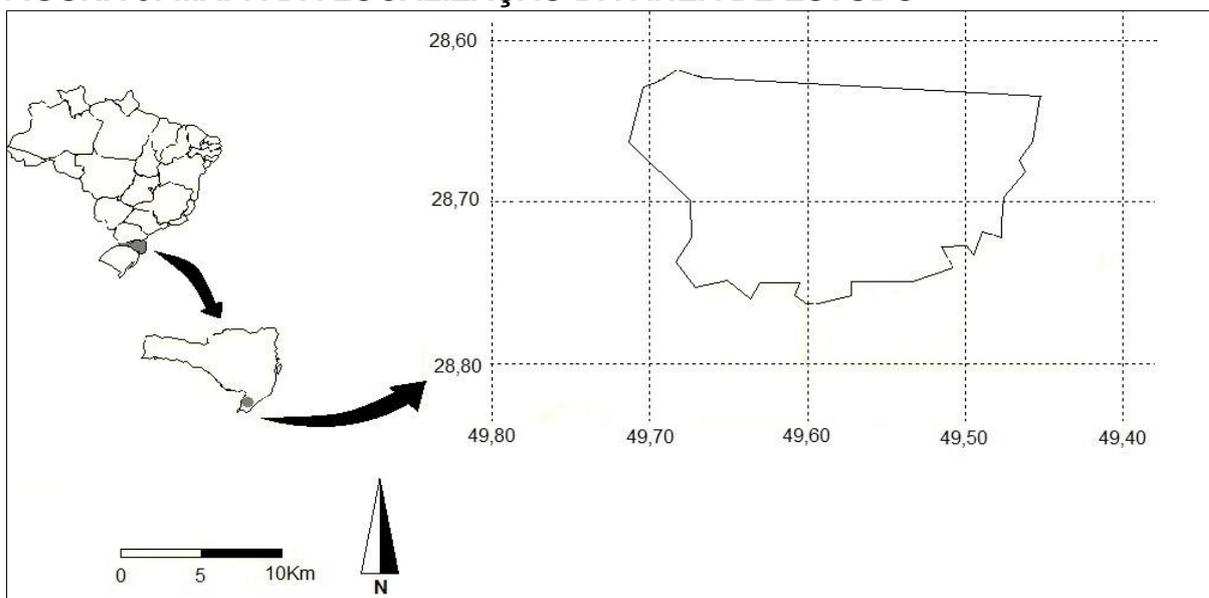
O município da qual faz parte a população alvo do presente estudo, pertencente à reserva do Aguaí é Nova Veneza, e como se pode perceber na figura 4, nesse município há um predomínio da rizicultura, a qual fomenta a agricultura da região. Entre os municípios do entorno à Reserva do Aguaí, Nova Veneza é um dos que possui o maior índice de IDHM, sendo que nesse município predomina a indústria da transformação e a agricultura.

4 METODOLOGIA

4.1 ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo está localizada no Município de Nova Veneza - SC, mais especificamente na comunidade de São Bento Alto, no interior do Município, sendo essa entorno da Reserva Biológica Estadual do Aguai.

FIGURA 5: MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



FONTE: Da autora, 2018.

A figura 5 demonstrando o posicionamento do estado de Santa Catarina na região sul do Brasil, em destaque a cidade de Nova Veneza, onde serão realizadas as entrevistas de percepção ambiental do entorno da Reserva do Aguai.

Sua localização fica ao sul do estado, com uma área de 295,036 km², tendo como municípios vizinhos as cidades de Siderópolis, Criciúma, Forquilha e Meleiro ao Sul e Bom Jardim da Serra, São José dos Ausentes no Rio Grande do Sul, conforme dados do IBGE (2018). O clima pode ser caracterizado como mesotérmico úmido, do tipo Cfa, conforme classificação de Koeppen, com verões quentes e com precipitações anuais oscilando entre 1.250 à 2000mm anuais, sem estações secas. As temperaturas máximas e mínimas podem variar entre 40° (verão) e 0° (inverno) ocorrendo geadas ocasionais.

A comunidade de São Bento Alto, de acordo com o IBGE (2018) fica localizada no interior do município de Nova Veneza-SC, com cerca de quase 5 km

do centro da cidade e sua população é composta por aproximadamente 500 habitantes, no qual a grande maioria da população é formada de agricultores. A agricultura para a subsistência é a principal economia da comunidade de São Bento Alto, no qual os principais cultivos são a do arroz e milho (BORTOLOTTI; BORTOLOTTI, 1992).

Segundo o Censo realizado em 2010 pelo IBGE, a população de Nova Veneza era de 13.309 habitantes, dos quais na área urbana residiam 8.927 habitantes e na área rural residiam 4.382 habitantes. Conforme a estimativa do IBGE, Nova Veneza em 2017 possuiria aproximadamente 14.837 habitantes, em uma área territorial de 295,036 Km².

A economia de Nova Veneza tem como base a agricultura (principais cultivos são do arroz e milho) e na indústria prevalecendo à metalurgia, na prestação de serviços (IBGE, 2010).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa pode ser definida como uma pesquisa qualitativa, ajudando a entender e conhecer a percepção de um grupo social com o menor afastamento possível do ambiente natural. E também quantitativa, por utilizar gráficos e análises estatísticas na elaboração dos resultados obtidos através da entrevista aplicada nos sujeitos alvos da pesquisa.

A pesquisa definida como qualitativa, conforme Vianna (2001), não foca seu resultado por meio de dados numéricos ou estatísticos, e sim, pela compreensão da realidade estudada e analisada por dados descritivos.

Já na visão de Minayo (2001), a pesquisa do tipo qualitativa não se importa em avaliar o nível de realidade, de forma quantificada e sim qualificada, no qual se trabalha com uma gama de significados, motivos, crenças, valores e atitudes dos indivíduos.

Com relação às técnicas de pesquisa, este estudo contemplou o levantamento dos dados por meio tanto de documentação indireta por realizar uma pesquisa bibliográfica quanto por documentação direta por se tratar de uma pesquisa de campo.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, incluindo a bibliografia já tornada pública (artigos científicos, teses, dissertações e livros),

referente ao tema de estudo, pois segundo Marconi e Lakatos (2012), esse tipo de pesquisa aproxima o pesquisador com o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto.

Basicamente a vantagem da pesquisa bibliográfica é permitir que o pesquisador encontre uma série de hipótese e fatos mais amplos do que aquilo que poderia ser pesquisado de modo direto, descreve Gil (2002).

Na pesquisa de campo, Marconi e Lakatos (2003) citam que a mesma abrange a observação de fatos e atitudes que ocorrem naturalmente e que para a coleta de dados é necessário o registro de variáveis que se presumem relevantes para analisá-los, com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema no qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fatos ou as relações entre eles.

Para a realização da pesquisa, os sujeitos participantes do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A), s que assegura o sigilo da identidade dos participantes. O termo segue as exigências formais contidas na resolução 196/96 e 466/12, do Conselho Nacional de Saúde.

4.3 ANÁLISE DE DADOS

Primeiramente, como se trata de uma pesquisa com humanos, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética para pesquisa com humanos na Plataforma Brasil, com o Parecer de número 2.744.792 (Anexo B). Após a aprovação do órgão competente, a prática da pesquisa de campo teve início.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se a aplicação da entrevista semiestruturada (Apêndice A), com perguntas abertas e fechadas. Gil (2002) ressalta que a entrevista é uma forma de interação do pesquisador com os indivíduos entrevistados, no qual o pesquisador se depara de frente com o público-alvo da pesquisa e lhe faz os devidos questionamentos para obtenção dos dados que lhe interessam para alcançar o objetivo da pesquisa. As atividades de campo foram desenvolvidas no mês de julho do ano de 2018.

O trabalho de campo foi realizado no Município de Nova Veneza-SC, na comunidade de São Bento Alto- Linha Gava, que possui 50 residências, e se encontra o mais próximo possível da Reserva do Aguai, sendo realizado no período compreendido entre os dias 09 e 10 julho de 2018. Para a realização do estudo,

foram entrevistados 20 moradores que trabalham com a agricultura e residem no entorno da Reserva do Aguáí.

Os dados obtidos por meio da aplicação da entrevista foram avaliados qualitativamente e quantitativamente, e estão apresentados em forma de gráficos, a fim de demonstrar a percepção dos moradores da comunidade de São Bento Alto.

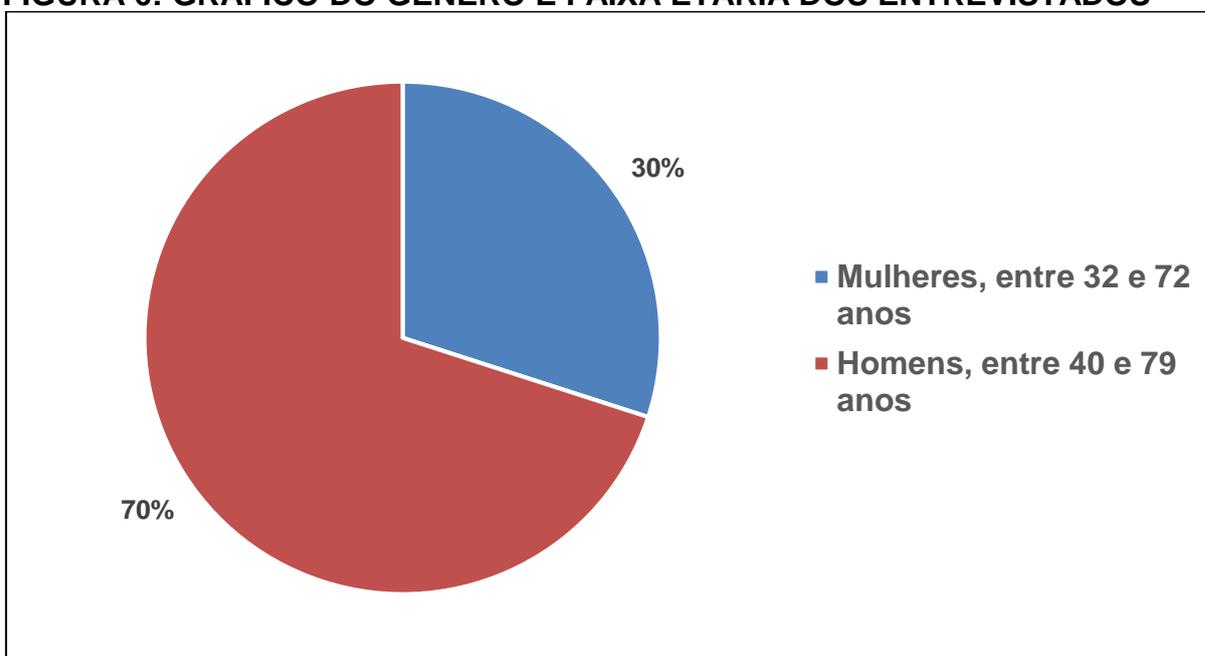
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Dentre as vinte pessoas entrevistadas, 70% eram do sexo masculino e 30% eram do sexo feminino.

Quanto à idade dos entrevistados, essa variou entre 32 e 79 anos.

FIGURA 6: GRÁFICO DO GÊNERO E FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS



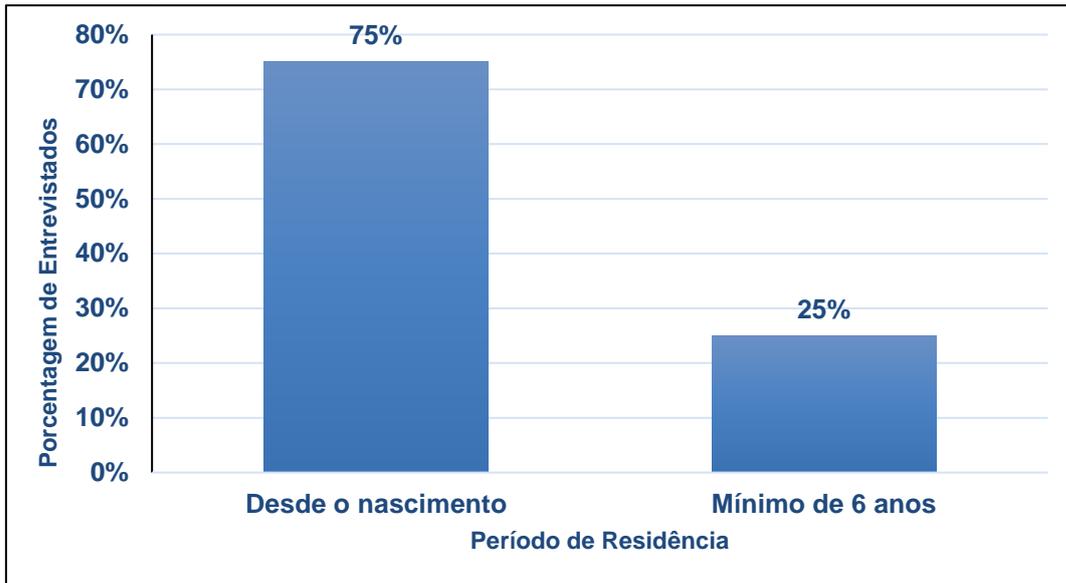
FONTE: Da autora, 2018.

Para as mulheres, a faixa etária ficou entre 32 e 72 anos e para os homens ficou entre 40 e 79 anos, como se pode observar na figura 6.

Das vinte pessoas entrevistadas, a maioria delas eram de moradores nativos ou que já viviam há mais de 6 anos no município e as restantes de pessoas que iniciaram a agricultura na cidade e posteriormente firmaram residência.

No gráfico da figura 7 observa-se a porcentagem desses moradores, com 75% da população entrevistada residente na localidade desde o seu nascimento, ficando 25% dessa população formada por pessoas que estão morando na localidade há pelo menos 6 anos.

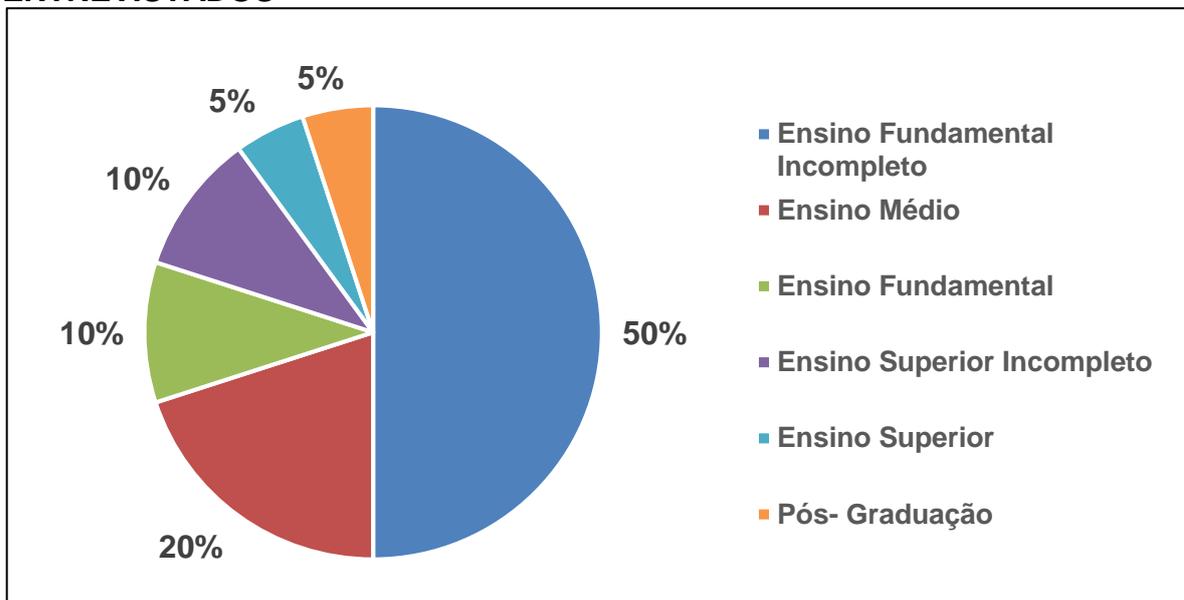
FIGURA 7: GRÁFICO COM TEMPO DE MORADIA NA COMUNIDADE DE SÃO BENTO ALTO



FONTE: Da autora, 2018.

Quanto à escolaridade dos sujeitos entrevistados, como observa-se na figura 8, a maioria possui o ensino fundamental incompleto (50%), fato este que os mesmos explicam ser devido à evasão escolar para ajudar os pais na agricultura ou na “roça”, como eles próprios relataram. Entre os entrevistados 20% possuem o ensino médio, 10% possuem o ensino fundamental completo e ensino superior incompleto e 5% dos entrevistados possuem o ensino superior e pós-graduação.

FIGURA 8: GRÁFICO DA ESCOLARIDADE DOS MORADORES ENTREVISTADOS

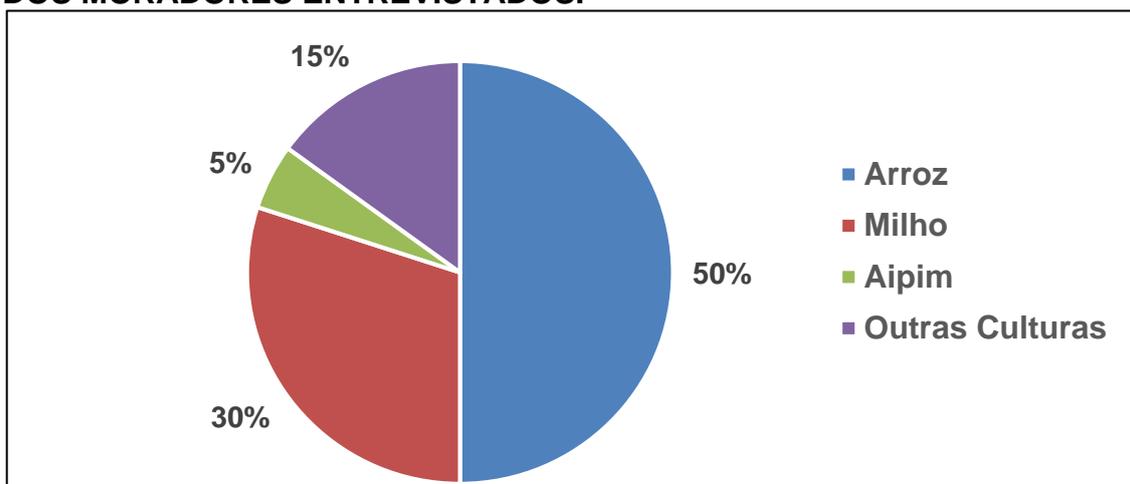


FONTE: Da autora, 2018.

O gráfico da figura 9 mostra o tipo de cultura plantada na propriedade de cada entrevistado, onde prevalece a cultura de arroz com 50% e a do milho com 30%, pois nessas regiões essas culturas são a base forte do plantio e da renda.

Também tem-se a presença da plantação de aipim com 5% entre outras culturas como batata, soja, ficando com a porcentagem de 15%.

FIGURA 9: GRÁFICO DO TIPO DE CULTURA PLANTADA NA PROPRIEDADE DOS MORADORES ENTREVISTADOS.

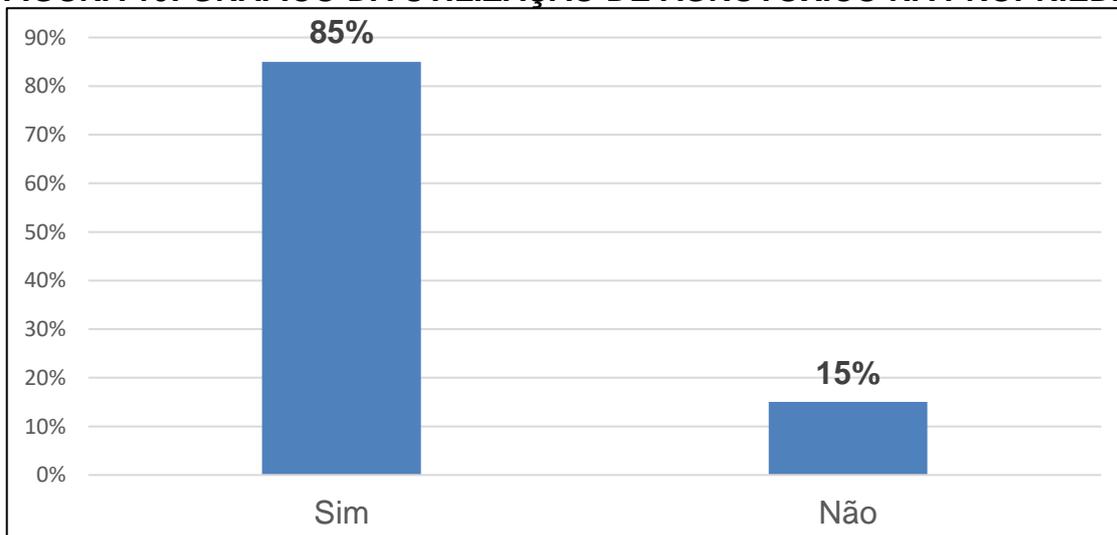


FONTE: Da autora, 2018.

5.2 ANÁLISE E RESULTADO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS SUJEITOS

Quanto à análise da percepção ambiental dos sujeitos entrevistados, segue abaixo os resultados obtidos.

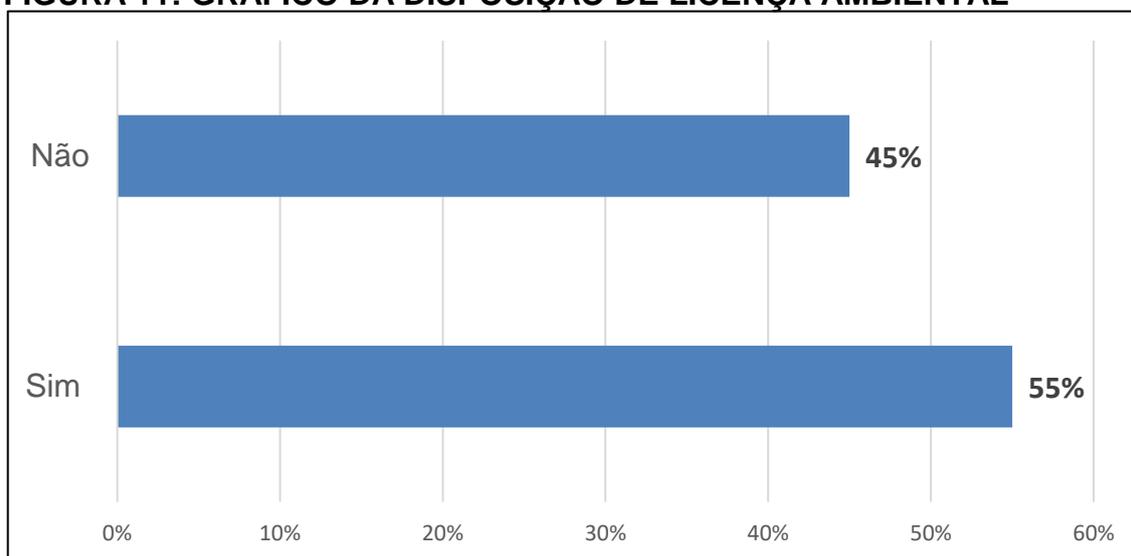
FIGURA 10: GRÁFICO DA UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO NA PROPRIEDADE



FONTE: Da autora, 2018.

Percebe-se no gráfico da figura 10 que 85% dos entrevistados fazem uso de agrotóxicos em suas plantações e apenas 15% desses entrevistados não fazem uso desse recurso.

FIGURA 11: GRÁFICO DA DISPOSIÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL



FONTE: Da autora, 2018.

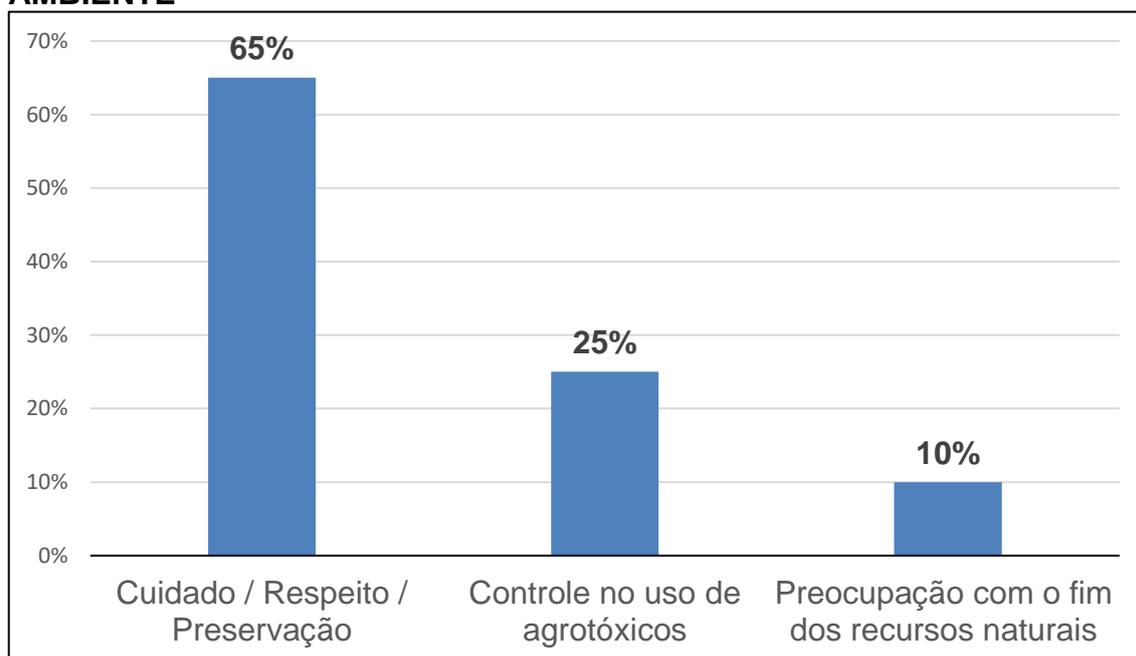
A questão da licença ambiental, como pode-se perceber no gráfico da figura 11, é algo bem dividido entre a população entrevistada, sendo que 55% os entrevistados fazem uso da licença ambiental e 45% não fazem uso da mesma.

Nas questões apresentadas nos gráficos das figuras 10 e 11, percebe-se que a maioria dos entrevistados utilizam agrotóxicos em sua propriedade e um pouco mais da metade dos entrevistados lidam com licenças ambientais. Isto se deve ao fato de que, para o plantio de arroz, o uso de agrotóxico é fundamental para esse tipo de cultura. Assim, eles precisam de licenças ambientais em sua propriedade, tanto para o uso e descarte final das embalagens de agrotóxicos, quanto para o plantio em suas terras.

Na entrevista em campo, percebe-se claramente nos entrevistados que há uma preocupação em relação ao uso de agrotóxico, existindo uma sensibilidade de que os agrotóxicos não trazem benefício para o meio ambiente. Segundo Lucca, Peres e Rozemberg (2005), a utilização de agrotóxicos é um dos principais auxílios para os agricultores que tem por finalidade baixar o custo final da produção e por este motivo é que acabam utilizando agrotóxicos em suas plantações.

Perguntou-se aos entrevistados a sua visão em relação aos cuidados com o meio ambiente e conforme o gráfico da figura 12, 65% deles tem cuidado, respeito e preservam o meio ambiente. 25% dos entrevistados relataram que controlam o uso de agrotóxicos em suas plantações e 10% mostraram-se preocupados com o fim dos recursos naturais.

FIGURA 12: GRÁFICO DA VISÃO EM RELAÇÃO AOS CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE



FONTE: Da autora, 2018.

Reigota (2009) ressalta a importância da educação ambiental para nortear a comunidade, a fim de que ela possa definir quais são os critérios, os problemas e as alternativas, auxiliando e incentivando os indivíduos a participarem da resolução dos problemas e da busca de soluções para as práticas do dia a dia, bem como da sua realidade específica.

O mesmo autor acredita que a educação ambiental somente, não irá resolver todos os problemas ambientais, mas pode influenciar quem nele trabalha a tornarem-se cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres, que conheçam e tenham consciência da problemática global, para que atuem em sua comunidade de forma positiva.

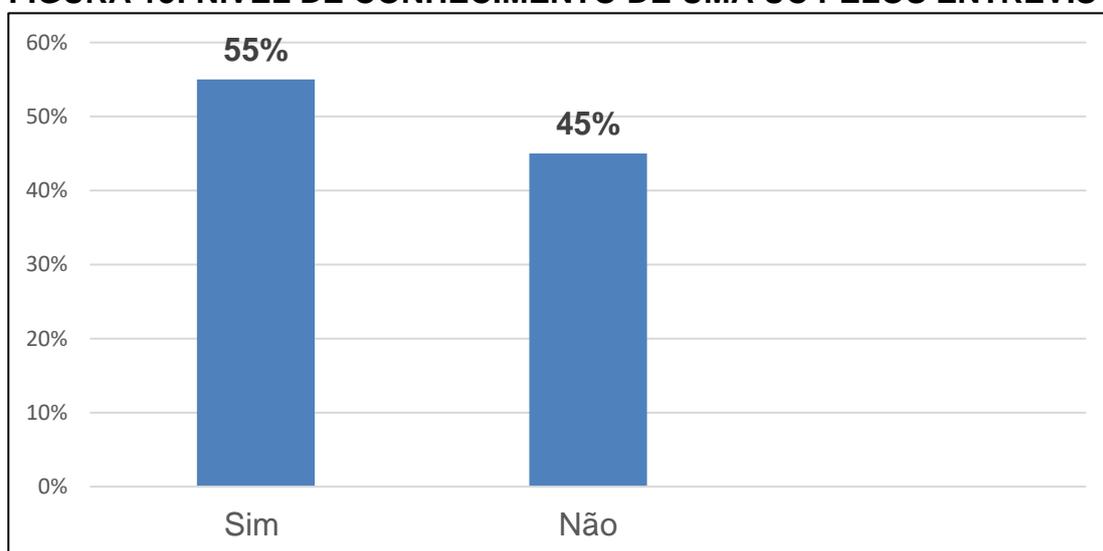
Observou-se, com os dados do gráfico da figura 12, que há uma preocupação dos entrevistados com o meio ambiente, pois as respostas foram

voltadas para o cuidado, respeito e preservação do meio ambiente, o controle no uso de agrotóxicos e a preocupação com o fim dos recursos naturais, principalmente com o fim da água e das nascentes da Reserva do Aguai.

Ao questionar os entrevistados se os mesmos conheciam o que era uma unidade de conservação, 55% afirmaram conhecer o que é uma UC, mas 45% revelaram desconhecer o que é uma unidade de conservação.

Quanto a percepção ambiental dos entrevistados, nota-se, como pode-se perceber no gráfico da figura 13, que um pouco mais da metade dos entrevistados tem consciência sobre as unidades de conservação.

FIGURA 13: NÍVEL DE CONHECIMENTO DE UMA UC PELOS ENTREVISTADOS



FONTE: Da autora, 2018.

Segundo Kryszczak (2016), a percepção ambiental é a consciência que o indivíduo tem do ambiente que o cerca, em que o mesmo está inserido. Assim, é preocupante o fato de que 45% dos entrevistados não tem esse conhecimento, essa percepção, pois Ribeiro (2009) relata que a percepção da natureza está ligada às necessidades de sobrevivência e aos valores culturais dos indivíduos, para que os mesmos valorizem determinados aspectos da paisagem e do ambiente em que vivem.

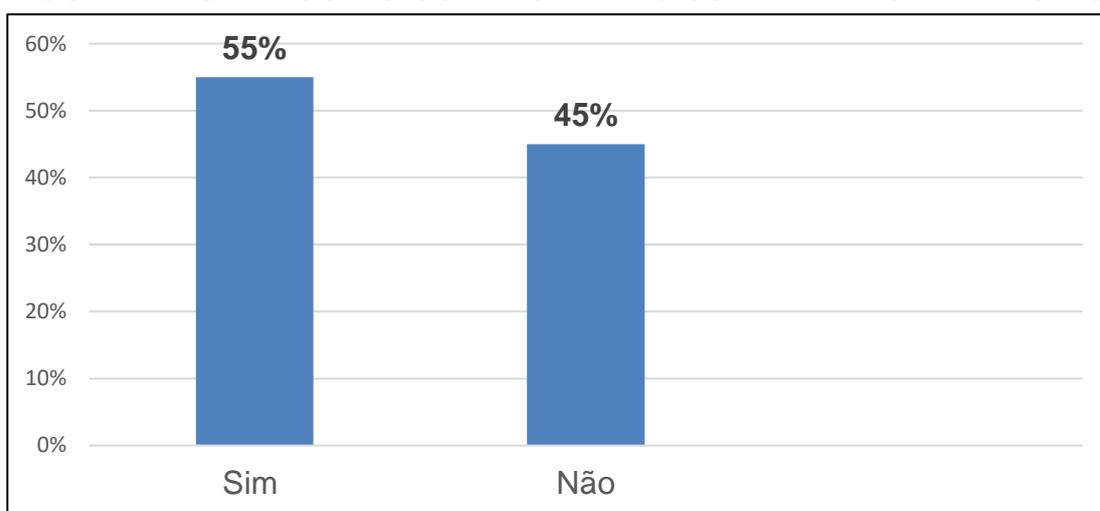
Frente a essa análise, como destacou Diegues (2000), é extremamente necessário que se compreenda o que pensam os indivíduos sobre o meio ambiente e como o percebem as comunidades desses entornos. Dessa forma, se conseguirá

realizar um trabalho de minimização dos impactos ambientais, bem como propor um programa de educação ambiental, a partir da realidade do público-alvo.

Frisa-se aqui, a importância dos estudos e pesquisas científicas voltadas ao meio ambiente e à percepção ambiental como um todo.

Outro assunto tratado com os entrevistados foi o seu conhecimento a respeito da Reserva do Aguai, onde se percebe observando o gráfico da figura 14, que um pouco mais da metade desses entrevistados tem conhecimento da reserva.

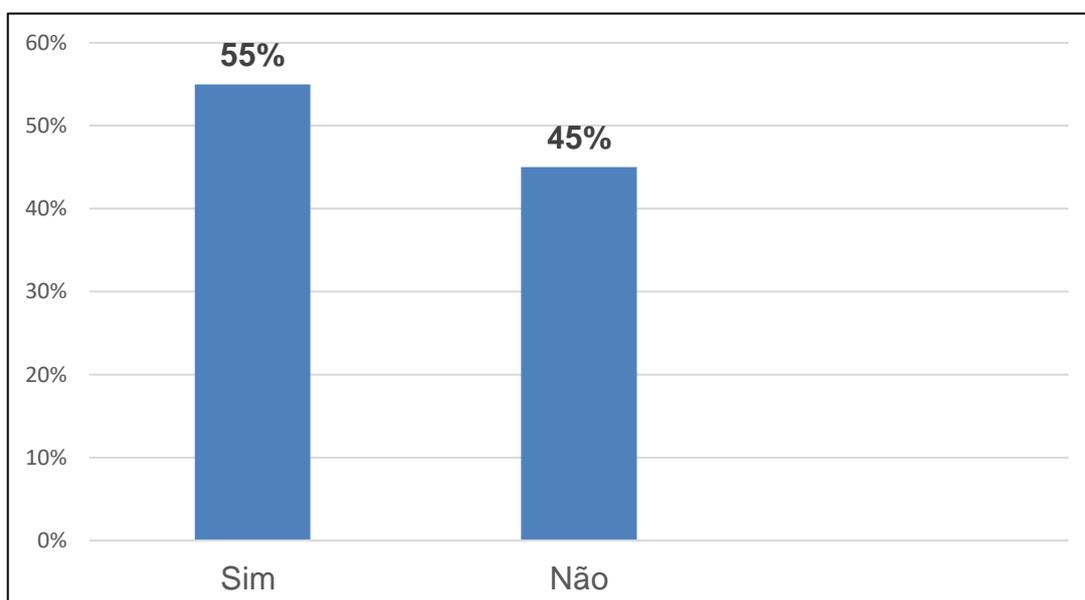
FIGURA 14: GRÁFICO DO CONHECIMENTO SOBRE A RESERVA DO AGUAI



FONTE: Da autora, 2018.

Entre os entrevistados, questionou-se também, para quem conhecia a reserva, quem já havia frequentado a mesma.

FIGURA 15: GRÁFICO DA FREQUÊNCIA A RESERVA DO AGUAI?



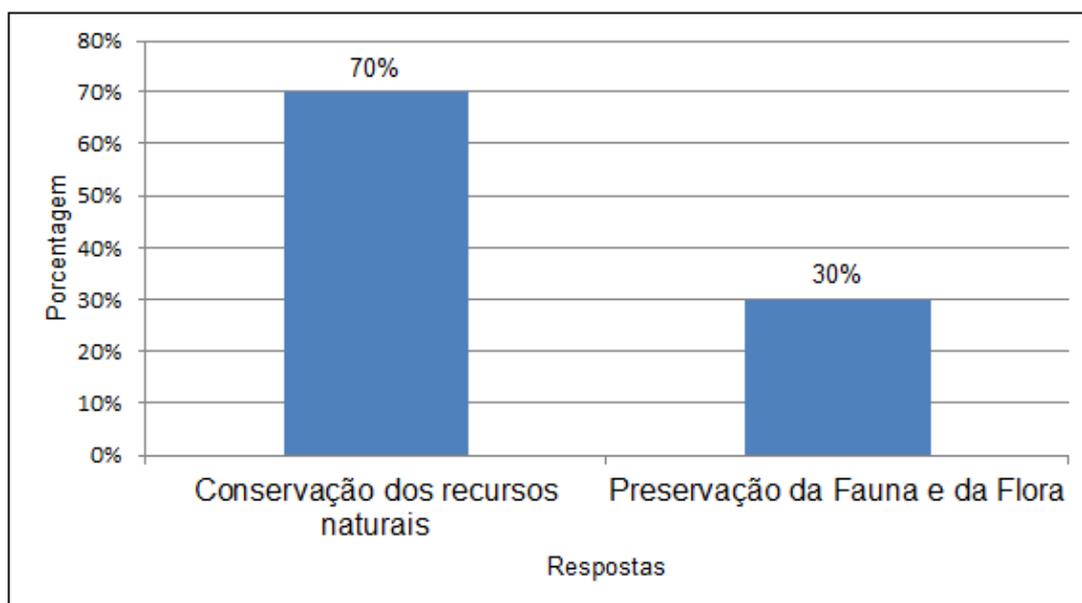
FONTE: Da autora, 2018.

Questionando os entrevistados sobre se os mesmos já haviam frequentado a Reserva do Aguai, 55 desses entrevistados responderam que já frequentam a reserva, mas 45% responderam que nunca frequentaram a reserva. Muitos responderam que já frequentaram a reserva para caçar algum tipo de animal e outros frequentaram devido ao fato de a reserva ser próxima às suas residências.

Perguntou-se ainda aos entrevistados, quais os pontos positivos e os pontos negativos da Reserva do Aguai.

Em relação aos pontos positivos, os entrevistados citaram a conservação dos recursos naturais, com 70%, e a preservação da fauna e da flora com 30%.

FIGURA 16: GRÁFICO DOS ASPECTOS POSITIVOS EM RELAÇÃO A RESERVA DO AGUAI



FONTE: Da autora, 2018.

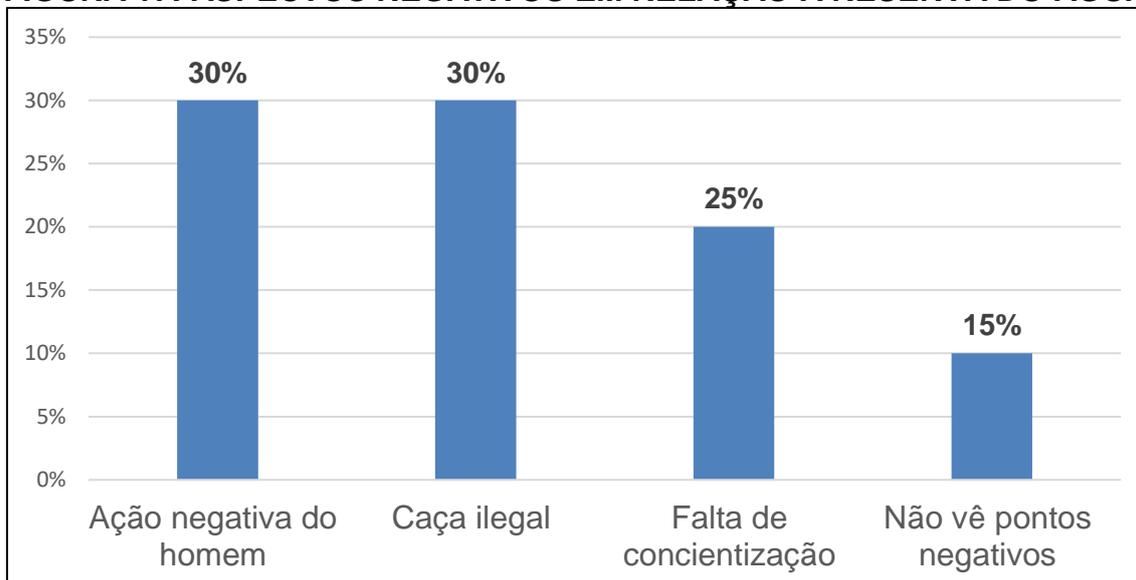
A espécie humana frequentemente se comporta com o meio ambiente, descrevem Garcia e Naime (2004), visando dessa forma, atender as suas próprias necessidades.

As suas ações acarretam, segundo os mesmos autores, em respostas emocionais diferentes em relação a esse meio, pois cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferente uns dos outros, sendo resultado de sua percepção em relação ao meio.

Dessa forma, os cuidados e conservação dos recursos naturais, bem como a preservação da fauna e da flora são ações e reações que afetam a vida a

vida dos indivíduos, fazendo assim, com que eles queiram preservar e conservar o ambiente a sua volta.

FIGURA 17: ASPECTOS NEGATIVOS EM RELAÇÃO A RESERVA DO AGUAÍ



FONTE: Da autora, 2018.

Já a respeito do que os mesmos acham de aspectos negativos em relação a Reserva do Aguai, 30% relataram ser a ação negativa do homem sobre a natureza, onde destacaram como fator principal, jogar lixo na Reserva do Aguai principalmente pelos turistas que visitam a Reserva e fazem a trilha dos tropeiros. 30% também responderam ser a caça ilegal dos animais nativos, citando como exemplo a caça do “Leão Baio”.

A falta de conscientização do ser humano frente ao meio ambiente é um ponto negativo escolhido por 25% dos entrevistados, enquanto 15% dos mesmos não vê nenhum ponto negativo em relação a REBIO Aguai.

Tuan (1980) cita que os problemas ambientais são problemas criados pelos próprios seres humanos, e quando esse ambiente sofre alguma variação, faz com que percebam essa realidade, mas de maneiras variadas, onde os grupos sociais diferem na sua avaliação com respeito ao meio ambiente, como pode-se perceber nas respostas dos entrevistados.

Para Capra (2006), quando a percepção ambiental faz parte da consciência cotidiana do indivíduo, começam a surgir novos costumes de ética e valores, em relação aos cuidados com o meio ambiente.

Através da entrevista aplicada nos moradores da comunidade de São Bento Alto que se encontra no entrono da Unidade de Conservação REBIO Aguaí, observou-se a importância do conhecimento da percepção ambiental desses residentes para a preservação e conservação da mesma, simplesmente pelo fato de que, a REBIO Aguaí se encontra muito próximo a estes moradores, e por ser “aberta” (sem cercados) para delimitação da mesma, a participação dessa comunidade local é de fundamental importância para garantir a conservação e preservação da fauna e flora e dos recursos naturais, que se encontra presente na Unidade de Conservação REBIO Aguaí.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa e a partir da percepção dos sujeitos entrevistados, foi possível constatar que cada indivíduo tem sua percepção formada através de suas atitudes e relações com o meio ambiente. Esta relação é muito importante para a construção de conhecimento e sensibilização dos sujeitos, mediante as questões voltadas para a conscientização e preservação do meio ambiente.

Os moradores, de um modo geral, tiveram sua percepção ambiental formada a partir de sua cultura e atitudes em relação ao meio ambiente e a Reserva do Aguaí, pelo fato de serem agricultores e a prática agrícola nos dias de hoje ser uma ameaça à preservação do meio ambiente, nota-se que mesmo assim há uma preocupação dos sujeitos, com o fim dos recursos naturais para as gerações futuras, porém a necessidade de plantar e utilizar os agrotóxicos nas plantações se torna maior para a sua sobrevivência.

Por este fato, a educação ambiental é um dos principais instrumentos para a transformação das percepções e culturas, através dela se consegue promover a consciência de que é preciso preservar o meio ambiente. Sendo assim a educação ambiental vem para gerar ações e práticas educativas, para formar cidadãos que tenham plena consciência de que é parte integrante do meio, para que assim passem a agir de forma racional, contribuindo para a preservação do Meio Ambiente.

De modo geral, pode-se concluir que é de grande importância compreender como os residentes locais interagem e percebem o ambiente em que estão inclusos, assim como os problemas por eles destacados, para que, dessa forma, a relação entre os moradores e gestores de uma Unidade de Conservação fique mais próxima e fortalecida.

Entretanto, se faz necessário que se pense em futuras pesquisas voltadas à aplicação de programas de educação ambiental nessas comunidades locais para a conscientização que visam garantir a conservação das Unidades de Conservação, como é o caso deste estudo a REBIO Aguaí.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores: artes e técnicas - ciências e políticas**. São Paulo: UNESP, 2006.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecosistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente**. São Paulo: Edgar Blucher, 1989.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 5 out. 2018.

BRESOLIN, Alan José; ZAKRZEVSKI, Sônia Beatris Balvedi; MARINHO, Jorge Reppold. **Percepção, comunicação e educação ambiental em unidades de conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto–Barracão/RS–Brasil**. Revista Perspectiva, v. 34, p. 103-114, 2010.

BRITO, Maria Cecília We de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

BORTOLOTTO, Zulmar Hélio; BORTOLOTTO, Newton R. **História de Nova Veneza**. Prefeitura Municipal, 1992.

BROOKS, Thomas M M.; FONSECA, Gustavo A B.; FLICK, Penny et al. **Habitat loss and extinction in the hotspots of biodiversity**. Revista Conservation Biology, v. 16, n. 4, p. 909-923, 2002.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 out. 2018.

_____. **Cidades**. 2018. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 12 de mar. 2018.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. 2000.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

FATMA, **Fundação do Meio Ambiente**. 30 Anos. Governo do Estado de Santa Catarina. 2006.

FERNANDES, Sabrina T; PELISSARI, Vinicius Braga; SOUZA, Valdir José de. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental.** Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2004.

FERREIRA, Carolina Peixoto. **Percepção ambiental na estação ecológica de Juréia-Itatins.** Tese de Doutorado. 161 p. Universidade de São Paulo, 2005.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Educação Ambiental.** Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/educacao-ambiental.htm>>. Acesso em: 05 out. 2018.

GARCIA, Ana Cristina de Almeida; NAIME, Roberto. **Percepção ambiental e diretrizes para compreender a questão do meio ambiente.** Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 12 de mar. 2018.

KRZYSCZAK, Fabio Roberto. **As diferentes concepções de meio ambiente e suas visões.** Revista de Educação do IDEAU. Vol. 11. Nº 23. Janeiro a Junho, 2016.

LUCCA, Sérgio Roberto de; PERES, Frederico; ROZEMBERG, Brani. **Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil:** agrotóxicos, saúde e ambiente. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21 (6): 1836-1844, nov-dez, 2005.

LUCENA, Mycarla Míria Araujo de. **Percepção ambiental por uma comunidade rural do entorno de uma reserva particular do patrimônio natural (RPPN), semiárido brasileiro.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 5 out. 2018.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Biomás**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomás>>. Acesso em: 12 de mar. 2018.

MITTERMEIER, R. A. **Megadiversity**: Earth's biologically wealthiest nations. Agrupacion Sierra Madre, 1997.

MYERS, Norman et al. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. Nature, v. 403, n. 6772, p. 853, 2000.

ORGANIZAÇÃO O ECO. **O que são unidades de conservação**. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/>>. Acesso em: 05 out. 2018.

PLANO DE MANEJO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ. Volume 1. **Diagnóstico e Planejamento**. Florianópolis: FATMA, 2009.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizar: vol 1 – princípios para a ação**. 4. ed. Brasília: Editora Universa, 2009.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Decreto nº 19.635, de 01 de Julho de 1983**. Cria a Reserva Biológica Estadual do Aguaí, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1983/dec_19635_1983_reservabiologicaestadualagua_i_sc.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, Edson Vicente da; GORAYEB, Adryane; PAULA, Eder Mileno Silva de. **Percepção Ambiental e dinâmica geocológica**: premissas para o planejamento e gestão ambiental. Sociedade & Natureza, 2014.

TREVISOL, Joviles Vítório. **A educação ambiental em uma sociedade de risco**: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade. Joaçaba: Unoesc, 2003.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores ambientais. São Paulo: Difel, 1980.

VIANNA, Ilca Oliveira de. **A Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Entrevista semiestruturada

Perfil dos Moradores entrevistados

Sexo: _____

Idade: _____

Tempo de moradia na Comunidade: _____

Tipo de cultura plantada na propriedade: _____

Utiliza algum tipo de agrotóxico em sua propriedade?

Sim

Não

Voce lida com licença ambiental em sua propriedade?

Sim

Não

Qual sua visão em relação aos cuidados com o meio ambiente?

Sabe o que é uma Unidade de Conservação?

Conhece a Reserva do Aguai?

Já frequentou a Reserva?

Quais os aspectos positivos em relação a Reserva do Aguai?

Quais os aspectos negativos em relação a Reserva do Aguai?

ANEXOS



CEP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
DE SERES HUMANOS



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE RURAL DO ENTORNO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-SC

Objetivo: Refletir sobre a importância da conservação da reserva biológica estadual do aguai localizada no Município de Nova Veneza-SC

Período da coleta de dados: 02/07/2018 a 30/07/2018

Tempo estimado para cada coleta: 30 minutos

Local da coleta: Comunidade de São Bento Alto, Nova Veneza-SC

Pesquisador/Orientador: Miriam Da Conceição Martins

Telefone: (48) 999645541

Pesquisador/Acadêmico: Ana Paula Bortolotto Feltrin

Telefone: (48) 999142205

7ª fase do Curso de Ciências Biológicas- bacharelado da UNESC

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde - podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido (a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA

Participação na entrevista, através de um questionário com perguntas abertas.

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 1 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC
Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | cetica@unesc.net | www.unesc.net/cep
Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.



CEP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
DE SERES HUMANOS



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

RISCOS

A presente pesquisa não apresenta riscos a saúde física e mental dos participantes envolvidos

BENEFÍCIOS

Trazer novos conhecimentos científicos através da pesquisa feita na comunidade. Ampliar os conhecimentos do tema em estudo.

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao(à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) **MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS** pelo telefone **(48) 999645541** e/ou pelo e-mail **mcm@unesc.net**

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço no rodapé da página).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

ASSINATURAS

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 2 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC
Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | cetica@unesc.net | www.unesc.net/cep
Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.



CEP

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
DE SERES HUMANOS



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Voluntário(a)/Participante	Pesquisador(a) Responsável
<p style="text-align: center;">Assinatura</p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____._____._____-____</p>	<p style="text-align: center;">Assinatura</p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____._____._____-____</p>

Criciúma (SC), ____ de ____ de 2018.

TCLE CEP/UNESC – versão 2018 | Página 3 de 3

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | cetica@unescc.net | www.unesc.net/cep
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE RURAL DO ENTORNO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-

Pesquisador: MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91264718.3.0000.0119

Instituição Proponente: Universidade do Extremo Sul Catarinense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.744.792

Apresentação do Projeto:

Dentro das exigências metodológicas.

Objetivo da Pesquisa:

Descritos e passíveis de serem atingidos pelo método proposto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Descrito no projeto seguindo exigência das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do CNS - Conselho Nacional de Saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Poderá mostrar a realidade deste ambiente afim servir como parâmetro para trabalhos voltados a consciência ambiental.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os termos exigidos.

Recomendações:

Concluída a pesquisa, deve ser anexado a esta plataforma, o relatório final incluindo análise dos dados e conclusões do estudo. Para os trabalhos de conclusão de curso, pode ser anexado o trabalho final, para as demais pesquisas, está disponível um modelo de relatório na página www.unesc.net.

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Município: CRICIUMA

Telefone: (48)3431-2606

CEP: 88.806-000

E-mail: cetica@unesc.net

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



Continuação do Parecer: 2.744.792

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De importância para o monitoramento ambiental de uma região muito sensível e sofre com devastação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_680230.pdf	08/06/2018 18:07:28		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/06/2018 18:04:54	MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Comiteprojeto.docx	08/06/2018 17:59:31	MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.PDF	08/06/2018 17:57:54	MIRIAM DA CONCEIÇÃO MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRICIUMA, 29 de Junho de 2018

Assinado por:
RENAN ANTONIO CERETTA
(Coordenador)

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Município: CRICIUMA

CEP: 88.806-000

Telefone: (48)3431-2606

E-mail: cetica@unesc.net